

G.I.S.A.
Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo
Um programa de gestão
da cadeia de procedimentos arquivísticos

MANUEL LUÍS REAL

O Arquivo como (sub)-Sistema de Informação

Qualquer estrutura organizacional gere informação, seja no desenvolvimento da sua actividade, seja na própria administração dos recursos informacionais que lhe servem de suporte. O circuito administrativo dos documentos, o arquivo, a biblioteca ou centro de documentação, as bases de dados de gestão e produção, a rede de comunicações, os postos de atendimento, etc. poderão ser partes integrantes de todo um (*macro*)-*Sistema de Informação* ao serviço de determinado organismo, independentemente da natureza e dos fins a que este se destina. Qualquer instrumento daquele tipo constituiu-se, por conseguinte, como um (*sub*)-*Sistema* da própria organização e é dotado de finalidade específica.

A gestão da actividade de uma empresa ou serviço recorre a documentos – tanto de origem interna, como externa – os quais circulam e se estruturam de acordo com as necessidades de testemunho, de prova ou de mera difusão informativa. A informação neles contida é assim sistematizada para seu próprio uso (ou para benefício de terceiros a quem parte da sua actividade se destina), dando formalmente origem ao respectivo *Arquivo*. Um arquivo desenvolve-se em simultâneo com a actividade do organismo produtor e, por conseguinte, vai-se estruturando naturalmente, tendo em conta as características funcionais e a complexidade progressiva do criador. Ele é apenas uma das unidades que compõem a rede de serviços do produtor, mas, ao contrário da generalidade dos seus outros sub-sistemas (informacionais ou não) o arquivo não pode deixar de reflectir o próprio universo sistémico da entidade que o criou. De facto, incumbe-lhe conservar e controlar toda a documentação

reunida durante o ciclo vital da entidade produtora e que foi sendo estruturada de acordo com a orgânica dos seus serviços e as funções por estes desempenhadas.

Numa perspectiva integrada dos arquivos há que distinguir, por sua vez, duas componentes sistémicas, através das quais podemos encará-los e que não devem ser confundidas:

- 1 – a estrutura da documentação e o seu sistema informacional;
- 2 – a estrutura do(s) serviço(s) de arquivo e o seu sistema funcional.

Uma das propriedades do arquivo, associada à *função* do organismo que o produziu, faz dele o espelho do próprio sistema de funcionamento do criador, que aí concentrou os dados que no decurso do tempo fundamentara a sua acção. A outra característica do arquivo, ligada especificamente ao *serviço* de organização dos documentos, tem antes a ver com o próprio controlo do sistema e o acesso à informação. Contudo, «função» e «serviço» não podem entrar em contradição com os princípios gerais do sistema informacional do criador, pelo que terão de se submeter a regras de gestão integradas.

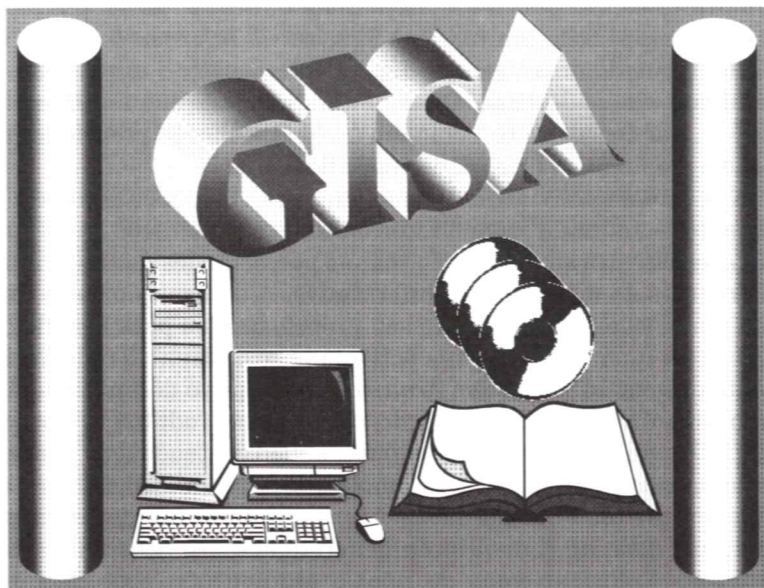


Fig. 1 – Logotipo do programa de Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo (GISA)

A concepção de um modelo de Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo

O desenvolvimento do programa de Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo (GISA) só se tornou verdadeiramente possível com os recentes progressos experimentados no âmbito da teoria arquivística, a nível internacional.

A consistência de uma aplicação destinada a gerir um qualquer sistema organizacional, mais do que pelas ferramentas que utiliza, avalia-se sobretudo pela qualidade da relação que estabelece com a natureza do objecto. Ora, só mediante uma sólida base teórica é possível conhecer a estrutura íntima dos sistemas e, daí, partir para um modelo capaz de gerir a sua própria dinâmica. Nas duas últimas décadas, a Arquivística conheceu grandes progressos, que a levaram a uma nova consciência sobre as suas raízes e sobre a necessidade de corrigir os erros passados, que conduziram à fragmentação dos sistemas de arquivo. Na sequência deste movimento multiplicaram-se os estudos teóricos e foi já possível conceber uma metodologia, aceite internacionalmente, para analisar e representar qualquer unidade arquivística, caracterizando-a nos seus diversos aspectos e referindo-a ao contexto de origem.

A *normalização* dos procedimentos encontra-se, de facto, na primeira linha das preocupações dos arquivistas. Trata-se de um processo ainda em fase de amadurecimento, mas é desde já possível experimentar aplicações coerentes destinadas a descrever os arquivos e a recuperar a informação. A criação de uma norma geral foi um passo decisivo. Hoje trabalha-se no seu aperfeiçoamento e na preparação de directivas para que ela possa ser universalmente aplicada, mesmo tendo em conta as especificidades de alguns tipos de suportes e de documentos.

Mas estas questões são apenas parte do problema. Uma faceta essencial do trabalho arquivístico será aquela que diz respeito à interpretação dos próprios acervos, quando deslocados do seu *habitat* original, assim como a correcta articulação entre as categorias orgânico-funcionais identificadas e os níveis de descrição previstos pela norma.

Outro aspecto, não menos importante, é o que concerne à própria gestão do sistema informacional representado pelo fluxo de documentos que é necessário controlar. O problema da *gestão* de um Arquivo não se limita ao da mera pesquisa da representação descritiva e das formas de acesso do respectivo acervo. De facto, ele tem uma historicidade própria e, tanto pelo contexto da produção, como

pelos mecanismos de controlo funcional, um arquivo está longe de ser uma realidade estática. Hoje em dia, numa organização com certo grau de desenvolvimento, a sua gestão passa pela responsabilidade de vários serviços. Entendido como sistema de informação e um recurso do organismo produtor, o Arquivo é uma *entidade unívoca e integrada*, independentemente da maior ou menor complexidade dos serviços que o suportam. A organização, exploração e manutenção dos sistemas de arquivo depende frequentemente de uma rede diversificada de serviços e de uma cadeia de operações com responsabilidades repartidas, se bem que todas elas orientadas pelo objectivo comum de controlar o próprio sistema de informação. A experiência mostra-nos que há muitas vezes deficiente comunicação entre serviços e que as suas práticas não se encontram articuladas, dando origem a instrumentos de controlo nem sempre compatíveis entre si. Isto tem originado graves consequências para a quebra de unidade dos sistemas, com prejuízo das próprias organizações em fase activa e do entendimento que delas se fará, *a posteriori*, ao consultar a respectiva documentação.

O aprofundamento do conceito de Arquivo torna cada vez mais evidente a necessidade de *controlo integrado do sistema de informação* que lhe está subjacente. Mesmo que um arquivo se torne em subsistema de um novo organismo, em consequência da sua incorporação num centro de recolha, após o término do respectivo ciclo vital, é indispensável respeitar a sua estrutura operativa interna ou funcionalidade original, facto que só acontecerá se houver uma transferência simultânea de dados que garantam a reconstituição do respectivo fluxo informacional. Todos os procedimentos de controlo e de transferência de dados num arquivo – seja enquanto sistema de informação ao serviço do produtor, seja como sistema desactivado – podem ser convertidos num modelo adaptável ao que chamaremos a *cadeia arquivística* de gestão.

Na nossa perspectiva – e porque temos responsabilidades na gestão de um arquivo municipal com certa dimensão, onde estão representadas as diversas fases do ciclo vital dos documentos – acaba por ser insuficiente a escolha de um modelo destinado apenas para descrever massas documentais acumuladas ou, meramente, para gerir sistemas desactivados. Para os serviços em actividade plena é indispensável criar uma metodologia de gestão que seja capaz de controlar todas as fases de funcionamento da cadeia arquivística.

A actividade global de um serviço de arquivos pode, de alguma forma, ser entendida à semelhança da cadeia de produção de uma



Fig. 2 – Cadeia Arquivística. Operações Principais

fábrica, onde existem diversas operações com especificidade própria e que se completam entre si (fig. 2). Tal como numa empresa robotizada será possível encontrar um modelo em que a gestão do trabalho produtivo possa efectuar-se através da transferência automática de dados, de uma fase para outra. Estes serão manipulados em ordem ao cumprimento das funções específicas de determinada fase da cadeia arquivística, cabendo a cada uma seleccionar informação ou acrescentar-lhe mais-valia informativa sobre o sistema, de acordo com a operação desencadeada.

No estado actual de desenvolvimento normativo e, sobretudo, tendo em conta a situação concreta dos acervos e da própria administração portuguesa, achamos que só seria possível conceber um modelo consistente e eficaz, se aplicado aos serviços centrais de arquivo. São os serviços vulgarmente designados por «arquivo central administrativo» ou «arquivo geral», «arquivo intermédio» e «arquivo histórico», embora para o presente caso a designação seja pouco relevante, dado que o que está em causa são as operações arquivísticas em si e não o grau de usabilidade ou o local de instalação dos documentos.

Numa situação teoricamente ideal poder-se-ia pensar num modelo informático que controlasse também a documentação ao nível dos arquivos correntes e cuja aplicação já pudesse estar integrada na estrutura global do sistema. Mas não deixa de ser uma posição

geradora de alguma controvérsia. Apesar do avanço da perspectiva sistémica dos arquivos continua a ser praticamente impossível preparar uma aplicação «universal» ao nível da gestão administrativa corrente – isto é, aplicável a todos os serviços ou empresas – posto que aqui há grande especificidade de objectivos, de circuitos e de instrumentos de controlo. Não se pode também esquecer que de administração para administração – inclusive até entre organizações do mesmo ramo – existem grandes diferenças quanto ao nível de desenvolvimento e quanto aos meios disponíveis. Assim, é difícil encontrar um modelo capaz de ser adaptado a qualquer tipo de organismo em fase activa. Quando a documentação produzida se estabiliza e entra num circuito centralizado, cujo paradigma é extensível a qualquer sistema de informação, já é possível introduzir uma filosofia de gestão integradora e universalizante.

Atendendo ainda a que, em muitos casos, a produção e circulação de documentos administrativos se encontra deficientemente planificada, achamos preferível deixar maior flexibilidade à fase administrativa e recomendar, sempre que possível, aplicações compatíveis. Aos arquivos centrais cabe criar condições para poderem absorver com facilidade e eficiência a documentação corrente, e não geri-la, enquanto tal. O modelo aqui concebido não deixará de fazer a devida articulação com os arquivos correntes, através das operações de recenseamento e de incorporação. Por isso mesmo, o GISA tem em conta a gestão dos dados a partir do momento em que se inicia o processo de recenseamento dos documentos. Nesta ocasião estar-se-á em condições de produzir listas de incorporação e, logo a seguir, completar o seu conhecimento com a avaliação e controlo das espécies incorporadas. A execução da triagem e dos autos de eliminação assenta necessariamente naquelas primeiras operações, sendo possível a partir de então controlar o destino dos documentos. Seguir-se-á a fase de aperfeiçoamento dos instrumentos de acesso, através da inventariação e catalogação das unidades arquivísticas, numa escala de prioridades devidamente definida. A recuperação e difusão da informação rematam o ciclo arquivístico, embora o sistema necessite ainda do apoio de operações de controlo da qualidade, no domínio do tratamento dos dados e dos documentos.

Havendo-se chegado internacionalmente a um consenso quanto às regras básicas de descrição dos documentos é possível agora chegar a um modelo de gestão da cadeia arquivística, assente no controlo transversal dos dados que a norma aponta como estruturantes para a identificação das unidades arquivísticas.

O nascimento da norma ISAD(G) e as consequências para o GISA

Os arquivistas, durante muito tempo, tiveram dificuldade em sistematizar categorias de representação e de lhes dar uma forma capaz de descrever homogeneamente qualquer arquivo e seus componentes. Lidando com conjuntos de documentos dotados de individualidade própria, os profissionais do sector balanceavam entre descrições casuísticas e listagens analíticas, sem conseguir verdadeiramente afinar critérios para a caracterização das unidades arquivísticas. A relação com a estrutura da entidade produtora nem sempre era estabelecida e, de um modo geral, não existiam meios de representar consensualmente o universo sistémico de que tais documentos faziam parte.

Será Michael Cook, em 1985, quem pela primeira vez defende a ideia da introdução de um modelo único de descrição hierárquica, capaz de identificar qualquer conjunto documental, articulando-o com os demais níveis do sistema a que ele mesmo se reporta¹. Partindo desta base e, também, de experiências realizadas em diversos países no domínio do tratamento da informação arquivística², foi criada no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos, em 1990, uma Comissão *Ad Hoc* incumbida de preparar uma norma de descrição multinível.

¹ A divulgação do seu modelo em Portugal foi feita pelo próprio, no 1º Congresso da BAD, logo em 1985: COOK, Michael – «The Manual of Archival Description: recent research in archival description in the United Kingdom», CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1º, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto, BAD, 1985. Vol. 1, p. 409-415.

O *Manual of Archival Description* surgirá em 1986. A edição revista do M.A.D. data de 1989 e conta já com a colaboração de Margaret Procter.

Embora as propostas de Michael Cook constituam o ponto de partida para a actual metodologia de descrição arquivística, pode-se considerar que teve um precursor no americano Oliver W. Holmes, o qual vinte anos antes publicava já no *American Archivist* (vol. 27, Jan. 1964) um artigo intitulado «Archival arrangement: five different operations at five different levels».

² Referimo-nos nomeadamente aos contributos do americano Steven Hensen e do Grupo de Trabalho Canadano sobre as Normas de Descrição: HENSEN, Steven – *Archives, personal papers and manuscripts: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts libraries*. 2ª ed. Chicago: Society of American Archivists, 1989; BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES. Groupe de Travail sur les Normes de Description en Archivistique – *Les normes de description en Archivistique: une nécessité*. Ottawa: B.C.A., 1986.

Para a vizinha Espanha, salientaremos também o ensaio de Antonia Heredia para sistematizar alguns princípios básicos de descrição arquivística: HEREDIA HERRERA, Antonia – *Manual de instrumentos de descripción documental*. Sevilha: Diputación Provincial, 1982.

Em 1994 acabaria por ser finalmente aprovada a *Norma ISAD(G)*, a qual significou um salto qualitativo de repercussão incalculável³. Pela primeira vez, os organismos produtores de documentos – assim como os serviços receptores de arquivos – passaram a dispor de um instrumento normativo capaz de representar qualquer unidade arquivística, seja qual for a sua posição dentro do sistema de que faz parte.

No Congresso de Pequim, o grupo que havia preparado a norma transformou-se em Comité especializado do C.I.A., ficando encarregado de concluir um outro documento, sobre o controlo de autoridade para nomes de entidades colectivas, pessoas e famílias: *Norma ISAAR (CPF)*⁴.

Estas duas normas encontram-se hoje em revisão e com tendência para se fundir num único texto regulador. Contrariamente à intenção inicial, há também a ideia de não desenvolver normas específicas para documentos em suporte especial. Atendendo a que um mesmo arquivo pode congregiar unidades arquivísticas com documentos de tipo diverso, achou-se mais correcto aperfeiçoar uma norma universal, dotada de instruções sobre o preenchimento dos campos descritivos, de modo que estes possam cobrir as especificidades de cada tipo de suporte ou documento.

A tendência será, cada vez mais, para alargar o âmbito de aplicação da norma. Na sessão do Sub-Comité do Conselho Internacional de Arquivos para a elaboração de Instrumentos de Pesquisa, que se realizou em Lisboa a 15 de Maio de 1998, um dos seus membros, o sueco Jan Dahlin, sublinhou a relação entre «gestão de documentos» e «arquivos definitivos», adiantando que a norma visou sobretudo a descrição destes últimos⁵. Acrescentou ainda que a tradição do seu país vai no sentido de haver uma única profissão, sendo necessário que a norma se possa aplicar às duas vertentes.

Ora, é esta precisamente a filosofia do projecto GISA. Ela foi apresentada pela primeira vez em 1995, em concurso para financiamento através de fundos comunitários, no quadro do *Programa PRAXIS XXI*. Esta candidatura terá sido a única que se inseria no

³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards – ISAD(G): General International Standard Archival Description. Ottawa: I.C.A., 1994.

⁴ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Ad Hoc Commission on Descriptive Standards – ISAAR(CPF): International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. Draft. Ottawa: I.C.A., 1994.

⁵ O autor querer-se-ia referir à dicotomia existente, em certos países, entre os «archives» e os chamados «records». Nesta perspectiva, o «records management» incluiria também a gestão dos próprios arquivos centrais administrativos.

plano da investigação pura, no âmbito da disciplina da Arquivística. Porém, não veio a ser contemplada com qualquer financiamento⁶. O júri terá sido mais sensível a temas ligados com a pesquisa histórica e a projectos dirigidos preferencialmente à recolha de fontes, ao *scanner* de documentos, etc.

O GISA não se assumia como um projecto meramente auxiliar da investigação histórica e, por isso, foi na altura penalizado. Como projecto arquivístico autónomo, não podia deixar de se inserir também na área da administração e, conseqüentemente, os benefícios para o desenvolvimento da historiografia são apenas aqui indirectos e a médio prazo.

Esta aparente fragilidade da candidatura não deixou de se revelar, contudo, como um dos aspectos mais sólidos do projecto e a razão de ser da sua sobrevivência para além do concurso. Partindo do interior de entidades ligadas à prática da Arquivística – mas também com actividade de pesquisa no âmbito da disciplina – o GISA vinha ao encontro das preocupações teóricas do momento e correspondia às necessidades elementares dos serviços, em vista à sua própria modernização. Quando se tomou conhecimento do resultado do concurso já o projecto prosseguia em velocidade de cruzeiro. A experiência acumulada no seio das instituições promotoras permitiu-lhes também alguma auto-suficiência, não apenas na fase decisiva de arranque e de concepção global do sistema, mas também no desenvolvimento de uma aplicação informática. A ausência de financiamento externo obrigou a que o processo tivesse de ser um pouco mais lento. Porém, ele encontra-se actualmente numa fase bastante amadurecida, permitindo em breve dar início a uma nova etapa, destinada à sua difusão e, desta vez, com o auxílio de parceiros exteriores na área comercial e no sector da pesquisa em sistemas de comunicações multimédia.

Antecedentes do projecto GISA e seu desenvolvimento

A informatização do Arquivo da Câmara Municipal do Porto⁷ está a ser desenvolvida desde 1988, após um período preparatório

⁶ Por sermos parte interessada, declinamos o convite que nos foi dirigido para integrar as comissões de avaliação do PRAXIS XXI, afastando-nos deliberadamente de qualquer iniciativa que pudesse conduzir a situações menos claras.

⁷ Actualmente, os seus serviços centrais estão integrados num único Departamento de Arquivos, do qual fazem parte a Divisão de Arquivo Histórico e a Divisão de Arquivo Geral.

que conduziu à assinatura de um protocolo de cooperação entre a CMP e o INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas de Computadores).

Os objectivos deste primeiro protocolo foram cumpridos, tendo dado origem ao projecto CALÍOPE, cujas características divulgámos em devido tempo⁸. Tratou-se de uma aplicação que visava articular bases de dados de estrutura mais simples com um banco de imagens em disco óptico. Devido ao peso específico que têm para a administração municipal os «Processos de Licenças para Obras Particulares» foi dada prioridade ao tratamento desta série. Foram descritos mais de 20 000 processos e fizeram-se ensaios de digitalização de imagens que se revelaram de grande qualidade. Avançou-se também no domínio da fotografia, ficando descritas e digitalizadas mais de 3000 imagens. Seguindo o mesmo princípio foram ainda concebidas bases de dados para outras séries de interesse prioritário, se bem que, nestes casos, não se tenha passado da fase de teste.

Enquanto se trabalhava no desenvolvimento destas aplicações, o Arquivo Histórico viria a adoptar o programa ARQBASE para prosseguir o *Inventário* geral do seu acervo, já que o CALÍOPE tinha outro objectivo. Aquela nova ferramenta fora concebida pelo então Instituto Português de Arquivos, segundo um avançado modelo de descrição multinível, inspirado no M.A.D. de Michael Cook e Margaret Procter⁹.

Apesar de concretizados os objectivos da 1ª fase do CALÍOPE e de ter ficado concluído o inventário de toda a documentação municipal já incorporada no Arquivo Histórico, o processo de informatização do Departamento de Arquivos da CMP conheceu algumas dificuldades, que vieram a determinar uma mudança de rumo e, inclusive, a definição de objectivos ainda mais ambiciosos do ponto de vista arquivístico.

A digitalização da série de Licenças de Obras Particulares começou a levantar problemas devido ao facto de os processos estarem encadernados e, sobretudo, em consequência de existirem

⁸ Manuel Luís REAL – «O Projecto CALÍOPE (Catálogo e Imagens Ópticas de Pesquisa Expedita)», *Cadernos BAD*. Lisboa, 2 (1992) p. 151-170.

⁹ Ana FRANQUEIRA; Madalena GARCIA – *ARQBASE: metodologia de descrição arquivística para tratamento automatizado de documentação histórica*. [Lisboa]: Instituto Português de Arquivos, 1991.

Para a biblioteca de referência do Arquivo Histórico Municipal do Porto adoptou-se ainda o programa PORBASE, desenvolvido pela Biblioteca Nacional. À semelhança do ARQBASE, esta aplicação corre em ambiente Mini Micro CDS/ISIS.

imagens de grande formato, regra geral em folhas dobradas. O *hardware* disponível então no mercado não respondia directamente a esta questão e a única saída possível seria a digitalização a partir de microfilme. Tal método é eficaz, mas exigiria a encomenda de serviços ao exterior e tornar-se-ia muito dispendioso, dado que a série em causa tem uma dimensão superior a 700 metros lineares de prateleiras.

Problemas de outra ordem começaram a surgir também com a aplicação do ARQBASE. A extinção do IPA fez cair o programa num impasse, com o levantamento de dúvidas a respeito dos respectivos direitos de autor e a completa paralização da pesquisa, na altura ainda em curso, para a melhoria do *software*. No mercado internacional começavam a vulgarizar-se ambientes mais amigáveis e eficazes que o Mini Micro CDS/ISIS, enquanto que, no plano arquivístico, surgia finalmente a norma de descrição ISAD(G). Tudo isto levou à rápida desactualização do ARQBASE, não obstante os serviços que ainda continua a prestar em alguns Arquivos.

Do ponto de vista interno, a situação do Departamento de Arquivos evoluiu também, desta feita para melhor. A Câmara Municipal do Porto havia avançado com o seu Plano Director da Informática (PDI), com o qual a actividade do Departamento passou a articular-se. Por outro lado, a Divisão do Arquivo Geral começara a desenvolver um trabalho sistemático de avaliação de documentos, cuja metodologia havia sido concebida em estreita colaboração com o Arquivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia¹⁰. Os dois municípios têm assinado, desde 1991, um protocolo de cooperação arquivística, o qual lhes está a proporcionar condições muito favoráveis para o desenvolvimento de iniciativas de interesse comum e, sobretudo, para troca de informação e de experiências. Os conhecimentos acumulados nesta área estratégica da avaliação de documentos e o trabalho desenvolvido ao nível da fase semi-activa dos arquivos de ambas as instituições foram decisivos para o passo dado em direcção ao GISA.

Perante as dificuldades enunciadas e dispondo agora das orientações de uma norma internacional, os Municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia decidiram avançar em Março de 1995 para a já

¹⁰ Maria João Lopes Calheiros de CARVALHO; Alda Maria Pereira Padrão TEMUDO – *Metodologia de Avaliação Documental para as Câmaras Municipais*. Comunicação apresentada numa reunião de trabalho de Arquivistas, promovida pela direcção da BAD no Arquivo Histórico Municipal do Porto em Março de 1995.

– «A Avaliação Documental nos Arquivos Municipais». Comunicação apresentada no IV Encontro Nacional de Arquivos Municipais, Loulé, Fevereiro de 1997.

referida candidatura ao programa PRAXIS XXI, destinado ao financiamento de projectos de investigação científica e tecnológica de pequena e média dimensão.

A candidatura visava criar um produto que permitisse a gestão integrada de um Arquivo, coordenando os métodos de trabalho e a transferência de informação entre todas as fases da cadeia operativa. Assim, procurar-se-ia elaborar um programa que compatibilizasse as diversas operações arquivísticas, desde o recenseamento dos documentos em arquivo corrente até ao controlo do acesso às unidades de instalação pelos usuários do sistema, passando pelas transferências, pela avaliação e triagem dos documentos, pela inventariação do acervo, etc. O projecto viria a receber o nome de GISA, por se referir à *Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo*.

Para efeitos do PRAXIS XXI, a candidatura contou ainda com duas outras parcerias: a do INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores) e da SCANIMAGEM – Tecnologias Digitais, Lda. Esta última firma, que está associada à Microfil, é uma das poucas empresas nacionais especializadas em digitalização a partir de microfilme e a sua participação seria sobretudo ligada ao fornecimento de um gestor de imagens e à execução de serviços. Quanto ao INESC estava-lhe reservado um papel inovador na área do acesso remoto a informação multimédia.

Como a candidatura não veio a ser contemplada dentro do Programa PRAXIS XXI, tais parcerias desfizeram-se. Os Arquivos Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia, que já estavam a desenvolver o produto no âmbito do mencionado protocolo de cooperação, decidiram então continuar o projecto pelos seus próprios meios, dada a importância de que ele se revestia para o desenvolvimento dos respectivos serviços. A sua relativa autonomia, inclusivamente no campo informático, representava uma grande diminuição dos custos de investimento. O projecto tornava-se assim viável, mesmo que por razões operacionais viesse a demorar um pouco mais de tempo.

De qualquer forma, houve necessidade de alterar a estratégia para o desenvolvimento e finalização do GISA. A concepção geral do programa passou a ser feita por uma equipa mais restrita. Quanto ao acordo para o desenvolvimento do *software* de comunicações e para a selecção de um parceiro comercial ficariam diferidos para o momento em que a concepção do produto estivesse amadurecida, no plano arquivístico e na sua aplicação informática. É nessa fase que o projecto se encontra, estando a ser preparado um concurso para a

escolha de uma empresa que finalize e garanta a distribuição do produto¹¹.

Para o desenvolvimento do produto-base, a CMP e a CMVNG foram ainda encontrar novos parceiros com conhecimentos em áreas específicas, que figurarão aí como co-autores. A Universidade do Porto, através do seu Curso de Especialização em Ciências Documentais, assinou um protocolo de cooperação com os promotores do projecto, tendo em vista, nomeadamente, o apoio no âmbito da Indexação e Controlo de Autoridade. Além disso, depois de criado o Centro Português de Fotografia este mostrou-se desde logo interessado em cooperar na pesquisa de um modelo descritivo para os documentos fotográficos. O facto de se tratar do Instituto Nacional que tutela o sector da Fotografia vem atribuir ao produto um valor acrescentado, o que nos leva a salientar, com simpatia, a disponibilidade desde logo assumida pelo CPF¹².

Embora com uma ligeira derrapagem no tempo, devido à impossibilidade de uma dedicação exclusiva ao projecto, apresentamos o Plano de Execução a que nos propusemos para 1998 (fig. 3). Pensamos poder concluir ainda este ano a versão 1.0 e esperamos que o produto possa estar disponível no mercado em 1999. Nesta ocasião estarão já operacionais os módulos básicos do sistema e algumas aplicações para catálogos específicos, que serão opcionais.

A estrutura do GISA

O projecto GISA obedece a um modelo teórico que configura a organização dos serviços de arquivo como um *sistema* coerente de funções e de relações. A cadeia de operações em arquivo, como já se disse acima, pode ser concebida à semelhança da linha de produção de uma empresa e nos seus instrumentos de controlo deve, por sua vez, respeitar o carácter relacional dos documentos, seja qual for a sua idade. No caso de coexistirem diversos arquivos reunidos num

¹¹ O concurso começou a ser estudado a partir de um esboço enviado pelo INESC, já em 1997, e poderá vir a ser conduzido pela SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.

¹² Para além das duas entidades promotoras e dos co-autores de módulos específicos, existem ainda parceiros privilegiados entre arquivos municipais da Área Metropolitana do Porto. À cabeça encontra-se o de Espinho, com o qual já existe um protocolo de cooperação técnica, de efeitos já muito sensíveis ao nível da avaliação de documentos e da formação de quadros administrativos. Este arquivo e muito provavelmente o de Vila do Conde, que também já dispõe de arquivistas profissionais, irão servir de campo experimental para testar o GISA, em paralelo com os autores do projecto.

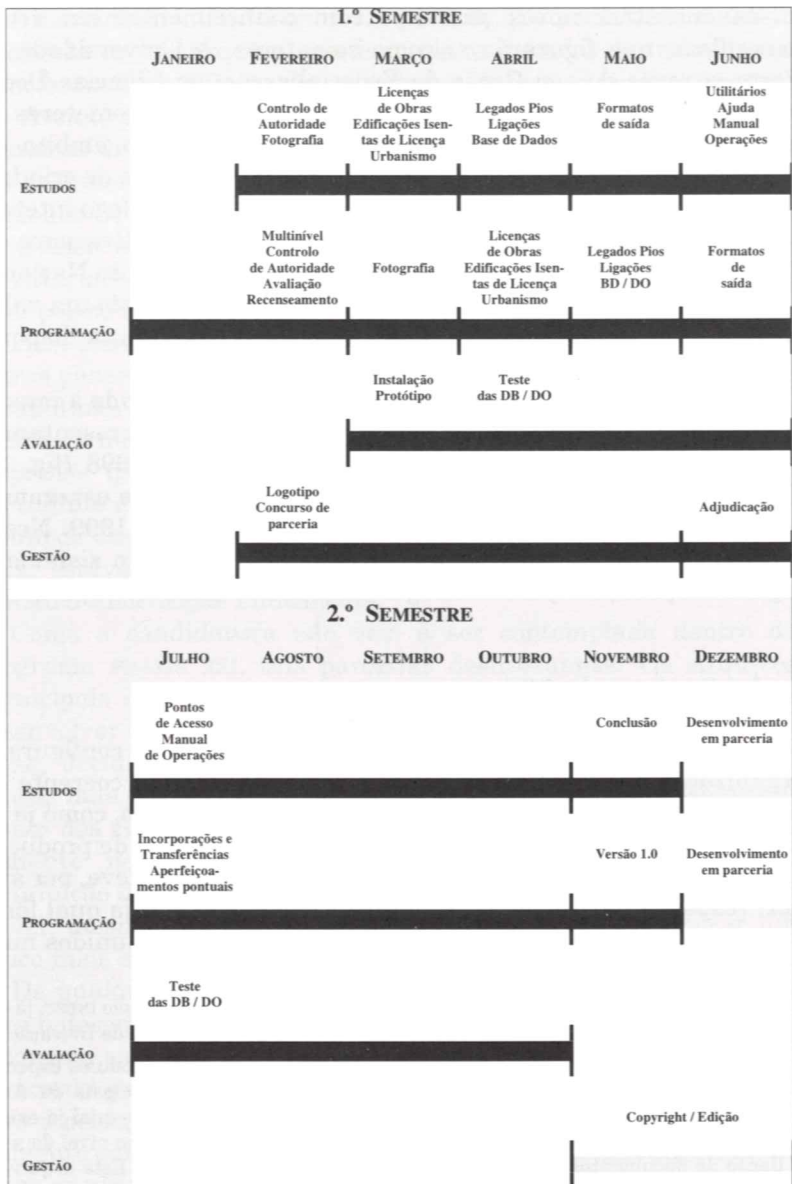


Fig. 3 – Plano de Execução do GISA, para 1998

único serviço, embora sendo de proveniência distinta, o sistema deve estar também preparado para delimitar o respectivo âmbito e para os descrever autonomamente.

O GISA encontra-se adaptado para a *descrição de sistemas desactivados* (arquivos «encerrados»), mas tem a particularidade acrescida de se destinar à *gestão de sistemas activos* (arquivos de administrações em exercício). Para o efeito, foi caracterizada a cadeia de operações arquivísticas ao nível dos serviços centrais, tanto na fase do chamado «arquivo» intermédio ou geral, como no estágio vulgarmente conhecido por «arquivo» histórico. Desta análise surgiu um *modelo relacional* para o conjunto das operações e instrumentos de trabalho em serviços de arquivo (fig. 4).

A ideia-base do sistema de gestão assenta na adaptabilidade da norma ISAD às operações nucleares de análise e de representação das unidades arquivísticas: a *Avaliação* e o *Inventário*. Em princípio, estas poderão corresponder também a dois grandes momentos do ciclo vital da documentação, significando isto que as BD (Bases de Dados) relativas à avaliação de documentos e ao inventário do arquivo irão constituir os principais instrumentos de trabalho,

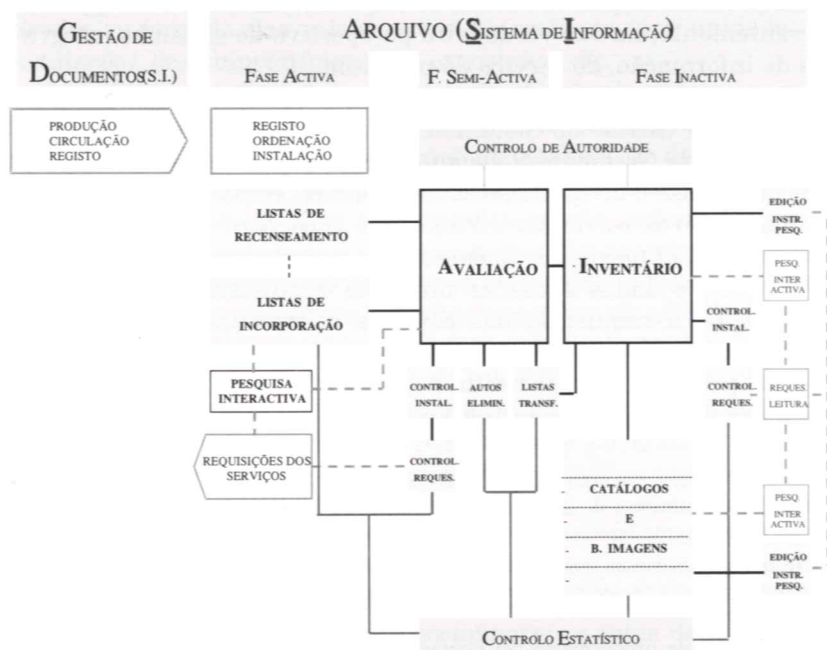


Fig. 4 – Estrutura Relacional das Operações Arquivísticas

respectivamente, do «arquivo» intermédio e do «arquivo» histórico¹³. Em ambos os casos se prevê a introdução da metodologia de descrição multinível. As operações arquivísticas situadas, seja a montante, seja a jusante destes dois módulos – e ainda outras em fase intermédia – irão ser igualmente apoiadas por instrumentos de controlo com informação seleccionada de acordo com a sua própria especificidade, mas, na medida do possível, sempre obedecendo à ordem sugerida pelas grandes zonas e campos descritivos da norma ISAD. Esta norma encontra-se configurada em seis grandes zonas (fig. 5) e diversos campos dentro de cada uma, num total de vinte e seis¹⁴. Nalgumas operações, a distância face ao esquema geral da norma é flagrante – eventualmente com a eliminação de uns quantos elementos e o acréscimo de novos dados – mas o respeito pelos critérios de ordenação sugeridos pela norma irá permitir o estabelecimento de uma estrutura estável, que facilitará as relações entre os diversos momentos da cadeia. A migração de dados será pois muito facilitada, com grandes vantagens em economia de tempo e em rigor. E não está apenas em causa evitar a duplicação de esforços ou diminuir os riscos de erro. O que mais importa salientar neste processo é que, só assim, os arquivos passarão a ser geridos coerentemente, na sua verdadeira perspectiva de sistemas integrais de informação, ao serviço do produtor.

O programa informático¹⁵, prevê duas grandes áreas de abordagem: a da Gestão do Sistema e a da Acessibilidade ao Sistema. No ficheiro de *Gestão do Sistema* enquadram-se as diversas operações de análise e de tratamento arquivístico, como: o recenseamento dos arquivos correntes e respectiva incorporação; a avaliação, triagem e eliminação dos documentos; a classificação, descrição, e indexação de dados sobre as unidades arquivísticas; o acesso à informação, a requisição das espécies documentais, a edição de instrumentos de pesquisa, etc. Diversos utilitários ou extensões do sistema poderão ainda permitir o controlo de autoridade na escolha dos termos de acesso, o controlo estatístico das diversas operações e,

¹³ As listas de incorporação não poderão também deixar de ser consideradas importantes instrumentos de acesso no âmbito do «arquivo» intermédio; o mesmo se passa com os catálogos, ao nível do chamado «arquivo» histórico.

¹⁴ Na base de dados de descrição multinível, através da qual se poderá elaborar o Inventário e outros instrumentos de acesso, foi prevista a sétima zona, destinada à Indexação.

¹⁵ O trabalho de programação foi iniciado por informáticos do Departamento de Arquivos da CMP que, neste momento, estão a ser também coadjuvados por técnicos da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. A coordenação sectorial do projecto está a cargo de Vítor Mesquita.

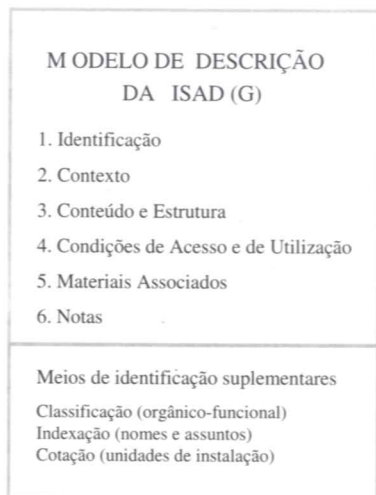


Fig. 5 – Identificação dos campos informativos num Instrumento de Acesso

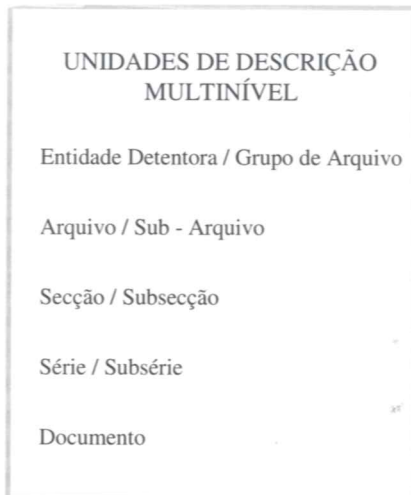


Fig. 6 – Níveis de Descrição das Unidades Arquivísticas

mesmo, o controlo das intervenções de restauro (por unidade de instalação), dos empréstimos para exposições, etc.

Os utilizadores, por sua vez, só terão direito de entrar na área da *Acessibilidade ao Sistema*, sendo logo orientados para um menu com a lista dos arquivos e colecções disponíveis. A descrição das unidades documentais aparece estruturada por *níveis orgânicos*: grupo de arquivos, arquivo, sub-arquivo, secção, subsecção, série, subsérie e documento (simples ou composto). Está também prevista a possível necessidade de descrever colecções, entendidas estas como grupos de documentos reunidos com base na afinidade tipológica dos suportes ou, meramente, por acumulação sem critério arquivístico. No caso da formação de colecções tipológicas, por conveniência de instalação especializada de certos tipos de suportes documentais, o GISA garante a possibilidade de endereçamentos para as respectivas unidades orgânicas. A pesquisa poderá sempre fazer-se pelos respectivos níveis orgânicos (fig. 6). Mas o acesso às unidades arquivísticas é igualmente possível através de outras *opções de pesquisa*, seja pela entidade produtora, seja por nomes de pessoas (singulares ou colectivas), nomes geográficos, topónimos citadinos, assuntos, datas, tipos documentais e cotas de instalação (fig. 7). Recomenda-se o uso de linguagem controlada dentro dos principais pontos de acesso, podendo a pesquisa ser ainda enrique-

UNIDADES ARQUIVÍSTICAS
TIPOS DOCUMENTAIS
ENTIDADES PRODUTORAS
NOMES DE PESSOAS
NOMES GEOGRÁFICOS
TOPÓNIMOS CIDADINOS
ASSUNTOS
DATAS
COTA
TERMOS SIMPLES
TERMOS RELACIONADOS
TEXTO LIVRE

Fig. 7 – Alternativas de Pesquisa

cida pelo recurso a termos relacionados. Todavia, está também contemplada a busca em texto livre, usando campos pré-seleccionados.

O uso do *controlo de autoridade* seguirá o esquema proposto pela norma ISAAR(CPF). O seu âmbito, contudo, limita-se à referência normalizada e caracterização das entidades produtoras. O problema do controlo de autoridade na área da informação documental é, porém, mais complexo. Ele deverá incidir também, tanto quanto possível, na definição de conceitos e na representação formal dos nomes utilizados nos principais pontos de acesso do

sistema. Assim, o GISA prevê um desenvolvimento especial nesta matéria, articulando os princípios da ISAAR com a modalidade usual – igualmente rigorosa, mas menos pesada – de controlo de autoridade para termos de indexação, nominais ou de assunto.

Definido o modelo teórico do GISA foram, em seguida, planificadas as *bases de dados* (BD) e respectivas interconexões. Caso a caso, tem-se procedido à respectiva parametrização (menus, zonas e campos descritivos, pontos de acesso, alternativas de pesquisa) e desenvolvimento. Estão já criadas as correspondentes *folhas de recolha de dados* (FRD), mas encontram-se ainda em estudo os *formatos de impressão* (FI).

Como se disse mais acima, além das BD indispensáveis para controlar o fluxo de operações da cadeia arquivística, foram definidos alguns *catálogos especiais*, alternativos à descrição multinível do tipo geral, quando se trate de peças ou documentos. A sua inserção no sistema respeita os princípios da ISAD(G) – quanto à relação vertical das unidades arquivísticas e ao formato genérico da representação – mas os elementos descritivos são adaptados à tipologia dos documentos a que tais catálogos se destinam.

O desenvolvimento do *software* tem sido efectuado por segmentos operativos do sistema, os quais, dentro em breve, irão ser ligados entre si¹⁶.

¹⁶ A programação foi iniciada em *Access*. Actualmente, o trabalho está a ser desenvolvido em *Visual Basic*.

O GISA inclui ainda a possibilidade, ao nível de catálogo, de coordenar a descrição dos documentos – simples ou compostos – com a visualização das respectivas imagens, gravadas em *disco óptico*¹⁷. Tratar-se-á, de alguma forma, o prolongamento da metodologia que presidiu à criação do projecto CALÍOPE, mas agora enriquecida com novos contributos para a contextualização e para a dinâmica do acesso.

Perspectivas para o futuro

Como objectivo inicial de experimentação do GISA foi escolhido o *Arquivo de João Martins Ferreira*, um autarca e importante homem de negócios da cidade do Porto, nos séculos XV e XVI. A Câmara Municipal do Porto havia recentemente adquirido 96 pergaminhos respeitantes a este cidadão e seus herdeiros imediatos. O número relativamente modesto de peças e a profundidade da análise efectuada do seu conteúdo tornaram bastante prático este conjunto para os primeiros ensaios do programa. Os resultados preliminares foram apresentados numa mostra sobre «Novas Tecnologias da Informação», organizada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1996, durante as comemorações do 60º Aniversário do Curso de Especialização em Ciências Documentais. A mesma aplicação esteve também patente ao público na exposição dos referidos pergaminhos organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto, em Dezembro de 1996¹⁸.

Entretanto, o programa foi substancialmente melhorado, estando em vias de se iniciar a *fase de testes* nos módulos da primeira versão. A análise das aplicações, para eventuais melhorias, vai realizar-se nas entidades que elaboraram o produto e contam, também, com a colaboração de outros parceiros com os quais existem firmados protocolos de cooperação. As aplicações que vão ser primeiramente testadas dizem respeito ao recenseamento de arquivos correntes, à avaliação de documentos, à descrição multinível e ao controlo de autoridade.

¹⁷ A primeira experiência foi feita através do programa *AROP*, por amabilidade da Scanimagem. Entretanto, o sistema evoluiu para uma aplicação globalmente em *Visual Basic*, estando-se a utilizar um *Activ X* da Wang. Trata-se do *w.I.E.C.* (Wang Image Edit Control), que já permite controlar com relativa facilidade a digitalização e a edição de imagens.

¹⁸ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO – *Um mercador e autarca dos séculos XV e XVI: o arquivo de João Martins Ferreira*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1996.

Estão ainda a ser desenvolvidas mais algumas bases de dados que constituirão o cerne da *versão 1.0*. A sua difusão comercial vai decorrer do resultado do concurso preparado para a escolha de uma empresa com as características para garantir a divulgação e comercialização do produto, assim como a necessária assistência, de usuário.

Espera-se que o programa possa também evoluir positivamente na área dos *sistemas de comunicação*. Com o apoio de especialistas neste sector pensamos que será possível promover a gestão dos sistemas de arquivo em modo remoto e, ainda, desenvolver um módulo para consulta diferida de informação, através da utilização de correio electrónico e acesso ao serviço público de comunicação de dados. A difusão pública de uma parte dos conteúdos poderá no futuro ser efectuada por intermédio da rede Internet, mediante um módulo adicional que feche a gestão das páginas da World Wide Web. Através de uma interface com o utilizador, poderão vir a ser inclusive visualizadas imagens dos próprios documentos e ser facultada a respectiva impressão.

Para o efeito, será importante que ao especificar-se as diferentes *formas de acesso* (local ou remoto), a informação possa ser escalonada consoante a sua importância e o seu nível de comunicabilidade. Este mecanismo facilitaria a coordenação do acesso de diferentes categorias de utilizadores do sistema, inclusivamente para determinar eventuais taxas de utilização, em função da natureza do serviço.

No âmbito da *Rede de Arquivos*, cremos que há todas as condições de desenvolver futuramente um projecto integrado ao nível da Área Metropolitana do Porto. Contudo, o modelo é suficientemente aberto, para poder ser utilizado por qualquer arquivo, em parceria ou isoladamente. Revelou-se também determinante a decisão anunciada pelo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, de vir a criar uma *Rede Nacional de Informação Arquivística*. É preocupação do IAN/TT instituir uma rede onde possam correr aplicações diversificadas, que obedeçam a naturais critérios de normalização. Tal medida deixa entrever a possibilidade de o GISA se transformar num instrumento complementar, dirigido integralmente à gestão e à difusão dos sistemas de arquivo.